

ABRIL 2024

77ª EDIÇÃO

# GAZETA DO POVO

REVISTA

Imagem: Gemini IA

## Perseguição

Documentos inéditos do Twitter mostram tentativa do TSE de violar Marco Civil contra nomes da direita



Editorial: Os ministros incriticáveis do Supremo Tribunal Federal

“Miami do Sul” tem praias naturais, ilhas exclusivas e terrenos de R\$ 3 milhões

# Índice

Editorial: Os supremos incriticáveis **03**

---

Madeleine Lacsco: Promover Janja nas redes é um tiro pela culatra **12**

---

Daniel Lopez: Eclipse, NASA, CERN e o Problema dos 3 Corpos **19**

---

TSE tentou violar Marco Civil contra nomes da direita **28**

---

“SUS da educação” dá poder a sindicatos e impede combate à ideologia **56**

---

MST inicia “Abril Vermelho”; produtores reagem a invasões **66**

---

“Miami do Sul” tem praias naturais, ilhas exclusivas e terrenos de R\$ 3 milhões **81**

---



**USUÁRIO DE ANDROID:** PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



*O ministro Gilmar Mendes, do STF, durante sessão da corte em março de 2024. | Foto: Antonio Augusto/SCO/STF*

## EDITORIAL

# Os supremos incriticáveis

Em que democracia deste planeta o braço estatal é acionado para investigar alguém que criticou uma autoridade, dizendo que ela e a instituição a que pertence são “uma vergonha” e que estão “destruindo” o país? Se excluirmos,

por razões óbvias, países que ostentam a “democracia” em seu nome, mas que são ou foram ditaduras cruéis – como a República Popular Democrática da Coreia, mais conhecida como Coreia do Norte, e a antiga República Democrática Alemã, a Alemanha Oriental –, é bem provável que sobre apenas uma alternativa: a inabaladíssima democracia brasileira.

Em ofício datado de 27 de março, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, pede que a Polícia Federal investigue um cidadão brasileiro que teria dito algumas palavras desagradáveis no aeroporto de Lisboa, onde Mendes fazia uma conexão durante uma viagem entre Brasília e Berlim, na Alemanha. O que teria dito de tão grave esse indivíduo? Segundo o relato do próprio ministro, as terríveis palavras que ele não suportou ouvir

foram “Gilmar, você já sabe, mas não custa lembrar. Só dizer que você e o STF são uma vergonha para o Brasil e para todo o povo de bem. Só isso, tá? Infelizmente, um país lindo como o nosso está sendo destruído por pessoas como você”. Por fim, absurdo dos absurdos, o homem ainda publicou nas mídias sociais o vídeo do ocorrido.



*Um constitucionalista e ministro do STF como Gilmar Mendes bem sabe que a Carta Magna, a doutrina e a jurisprudência protegem o discurso crítico dirigido a autoridades e pessoas públicas*

E nada mais. Não há ameaça, não há bate-boca, nem tentativa de impedir que o ministro se

deslocasse, ou algo do tipo. Obviamente, ninguém gosta de ser interrompido (Mendes parecia estar fazendo uma refeição ou ao menos um lanche) e filmado, mas há um oceano de distância entre o que realmente ocorreu e o efeito que o ministro quis atribuir ao episódio em seu ofício à PF: o de “intimidar ministro do tribunal” e “desestabilizar o funcionamento da instituição”.

Em primeiro lugar, porque o ministro apenas esboça uma reação de desagrado, sem parecer minimamente intimidado; segundo, porque para que algumas poucas frases como essas sejam capazes de desestabilizar o funcionamento de uma suprema corte, será preciso atribuir a elas superpoderes muito maiores que aqueles do slogan identitário “palavras ferem”. Se o STF pode ser

“desestabilizado” por ser chamado de “vergonha”, suas fundações podem ser consideradas extremamente frágeis e seus membros, o exemplo perfeito do que se convencionou chamar de “floquinhos de neve”, sinônimo de pessoa hipersensível que desaba com qualquer comentário negativo.

A democracia brasileira, se Mendes estiver certo, não seria tão inabalável assim...

Um constitucionalista e ministro do STF como Gilmar Mendes bem sabe que a Carta Magna, a doutrina e a jurisprudência protegem o discurso crítico dirigido a autoridades e pessoas públicas. Como afirmou Celso de Mello em seu voto na ADI 4451, “a crítica, qualquer que tenha sido meio de sua divulgação, quando inspirada pelo

interesse público, não importando a acrimônia e a contundência da opinião manifestada, ainda mais quando dirigida a figuras públicas ou a candidatos a cargos eletivos, não traduz nem se reduz, em sua dimensão concreta, ao plano do abuso da liberdade de expressão, não se revelando suscetível, por isso mesmo, de sofrer qualquer repressão estatal ou de expor-se a qualquer reação hostil do ordenamento positivo”. O mesmo Celso de Mello, em liminar que suspendeu temporariamente a perseguição contra Deltan Dallagnol no Conselho Nacional do Ministério Público, citara uma decisão judicial de 1986 na qual o desembargador relator afirmava que “a crítica dirigida a pessoas públicas (como as autoridades governamentais, os candidatos ou titulares de mandatos eletivos), por mais acerba, dura e veemente que possa ser, deixa de sofrer, quanto



ao seu concreto exercício, as limitações externas que ordinariamente resultam dos direitos de personalidade”.

Como se isso não bastasse, até mesmo a recente lei dos crimes contra o Estado Democrático de Direito afirma taxativamente que “não constitui crime previsto neste Título a manifestação crítica aos poderes constitucionais”, o que de imediato transforma todos os argumentos de Mendes em um enorme non sequitur quando tenta ligar o episódio de Lisboa a “um movimento articulado e coordenado de ataques aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, organizado por extremistas e detratores da democracia”. Nada disso, no entanto, impediu que o ministro chegasse ao cúmulo de, na prática, já dar seu veredito sobre a pessoa que o abordou – já identificada como um servidor do

INSS em Minas Gerais –, chamada no ofício de “agente criminoso”.

Naquela mesma ADI 4451, o relator Alexandre de Moraes proferiu uma frase lapidar em seu voto vencedor: “Quem não quer ser criticado, satirizado, fica em casa”. Embora naquele contexto específico ela se referisse a candidatos a cargos eletivos, já que a ADI questionava um trecho da Lei das Eleições, não é preciso fazer grande esforço para saber que a frase se aplica a qualquer pessoa pública, inclusive (e especialmente) autoridades. Mesmo assim, os ministros do STF parecem não conseguir ou não querer compreender algo tão óbvio.

Diante de críticas, respondem ou com um deboche indigno do cargo, como no “perdeu,

mané” de Luís Roberto Barroso, ou com o inaceitável recurso à repressão estatal, como já fizeram Ricardo Lewandowski e o próprio Moraes – ironicamente, em episódios ocorridos ou em aviões, ou em aeroportos.

Os ministros não são incriticáveis, por mais que pensem ou desejem sê-lo. Se não suportam a ideia de serem chamados de “vergonha”, mais valeria ouvir o conselho de Moraes – o relator da ADI 4451, não o passageiro em Roma – e pendurar a toga.



[Voltar ao índice](#)



*Primeira-dama foi chamada de “blogueira” e criticada por viagem com dinheiro público enquanto epidemia de dengue avança no país. | Foto: reprodução/Instagram Janja Lula da Silva*

## OPINIÃO

**Madeleine Lacsko**

# Promover Janja nas redes é um tiro pela culatra

Na última semana, a primeira-dama do Brasil, dona Janja, chegou mais uma vez aos assuntos

mais comentados nas redes sociais. Foi devido a um vídeo em que ela estava num barco em Belém com uma taça na mão, suco de bacuri. Dizia, em tom de influencer lifestyle, que estava ao lado de Lula e Macron, ocupados com a gravação de um vídeo. Também falava que a COP30, em Belém, seria linda.

A reação não foi boa. Fãs do governo tentam dizer que os bolsonaristas reagiram de forma negativa, seria a intriga da oposição. Mas tem até gente que votou no Lula tirando sarro ou indignada. Belém tem problemas sociais graves e até deficiência de saneamento básico. Isso contrasta com o clima de luxo da filmagem. Este tem sido um problema recorrente na atuação da primeira-dama, a dissonância cognitiva. A fala dela não coincide com os fatos.

*Janja quer destaque como primeira-dama tendo vergonha de ser primeira-dama. É uma situação delicada.*

A imagem de primeira-dama empoderada é problemática por si só. Não existe. Ser primeira-dama é abrir mão dos próprios projetos para viver em função de um projeto do marido. Muitas mulheres fazem isso e têm orgulho, é um esforço comum do casal rumo a um objetivo da família.

Ruth Cardoso, feminista clássica, falava muito bem do tema. Não ficava confortável com a ideia de ser feminista e estar na posição, mas fez a escolha pensando no marido. Escolheu uma

causa social para atuar durante o período, a substituição de programas de assistencialismo por transferências de renda com foco em desenvolvimento. Surge daí o Bolsa Escola. Ela é lembrada por este legado.



*A dissonância cognitiva faz com que os mais radicais fiquem ainda mais fãs de Janja. É como em seitas do fim do mundo.*

É muito comum que primeiras-damas abracem causas sociais. Michelle Obama, por exemplo, focou nos exercícios físicos e manutenção da saúde. Michelle Bolsonaro focou nas pessoas com deficiência. E ela é um caso diferente das declaradamente feministas, tem orgulho em ser a mulher ajudadora do marido.

Janja quer destaque como primeira-dama tendo vergonha de ser primeira-dama. É uma situação delicada.

Recentemente, houve um episódio marcante em que foi nomeada por Lula, como socióloga, para fazer parte da delegação brasileira na ONU. Discursou ali pelo empoderamento feminino e pela presença da mulher nos espaços de poder em pé de igualdade. No entanto, discursou pela delegação tendo em segundo plano, na cadeira de trás, a ministra das mulheres.

Não era a ministra, a mulher que conquistou o espaço, quem discursava. Era a mulher do presidente, que decidiu fazer a indicação, uma solidificação das estruturas do patriarcado.



A dissonância cognitiva faz com que os mais radicais fiquem ainda mais fãs de Janja. É como em seitas do fim do mundo. É marcada a data e o mundo não acaba. Os seguidores, em vez de rejeitar o líder, ficam ainda mais dedicados. Para eles, é mais dolorido abrir mão do sistema de crenças do que viver uma mentira. O resultado da exposição de Janja é parecido. Para os já convertidos resulta em mais aderência. No entanto, não atrai novos seguidores nem consegue reter os moderados. Parece culminar no oposto do aparentemente pretendido, a popularização.

Tudo indica que o governo Lula vai continuar promovendo Janja cada vez mais. Existe apenas uma pessoa que ganha popularidade com isso, Michelle Bolsonaro.

A ex-primeira-dama, à frente do PL mulher, tem visto sua popularidade crescer. Resta saber se é justamente a insistência do PT com Janja que trará a viabilidade nas urnas.



**Autor:** Madeleine Lacsko é jornalista desde a década de 90. Foi Consultora Internacional do Unicef Angola, diretora de comunicação da Change.org, assessora no Supremo Tribunal Federal e do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesp. É ativista na defesa dos direitos da criança e da mulher. \*\*Os textos da colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



*Cena da série O problema dos 3 corpos. | Foto: Divulgação/Netflix*

## OPINIÃO

**Daniel Lopez**

# Eclipse, NASA, CERN e o Problema dos 3 Corpos

Uma nova série da Netflix tem dado o que falar. Meus seguidores nas redes sociais estão sempre me pedindo para fazer um comentário sobre a

nova produção, que mistura física, geopolítica e alienígenas. Ainda estou nos primeiros episódios, mas um detalhe me chamou a atenção. No final do segundo capítulo, o personagem Jack Rooney, um ex-estudante de física, está conversando com a amiga Jin Cheng, uma brilhante física teórica de Oxford, sobre um misterioso capacete de um jogo, que insere o usuário numa realidade alternativa que parece 100% fidedigna. Neste ponto, abismado com o realismo do equipamento, Rooney diz que aquela tecnologia está 150 anos à frente de tudo que conhecemos.

Neste ponto, lembrei do livro de Annie Jacobsen, *The Pentagon's Brain*, em que ela defende que a DARPA (a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa dos EUA) possui equipamentos bélicos que estão sempre, no

mínimo, 30 anos à frente do que conhecemos.  
Eu concordo com ela.



*A NASA anunciou que irá lançar três foguetes para estudar como o súbito desaparecimento do sol afeta a ionosfera, a parte superior da atmosfera.*

Numa entrevista recente para o podcast do Lex Fridman, ela repetiu essa ideia, dizendo que tem certeza de que os EUA possuem capacidades muito à frente de seus concorrentes hoje, o que os colocaria numa posição muito vantajosa na perspectiva de uma 3<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Foi essa tese que defendi num capítulo do meu livro *À Beira do Abismo: geopolítica, globalismo e o fim do mundo*, feito a partir das colunas que

escrevo aqui na Gazeta do Povo. Num artigo publicado aqui no dia 1º de fevereiro de 2022, com o título Sinto cheiro de Projeto Manhattan 2.0, defendi a ideia de que os EUA estariam desenvolvendo um novo projeto secreto de novas armas que desafiariam a mente humana. Seria por isso que os EUA reduziram em quase 80% seu número de ogivas nucleares ativas: porque eles possuem outro equipamento mais novo e poderoso.

Para minha surpresa, em fevereiro de 2023, o PhD em física matemática por Harvard defendeu a mesma ideia que eu apresentei um ano antes. No episódio em questão, o matemático – que já foi diretor do Thiel Capital, o hedge fund de Peter Thiel – afirmou que estava suspeitando que a grande repercussão que a questão alienígena estava ganhando no

Congresso e na mídia norte-americana seria, na verdade, uma maneira de esconder um Projeto Manhattan 2.0. Eu também creio nisso.



*Obviamente, a galera das redes sociais irá dizer que eles já estão se programando para um período de escuridão que começaria neste estranho ano de 2024*

Eu e Eric Weinstein não conseguimos provar nossa tese, mas o fato é que na próxima segunda-feira teremos uma concomitância de eventos cósmicos, experimentos físicos e astronômicos de vanguarda e coincidências místicas, bem em linha com o enredo da série O Problema dos 3 Corpos. Está marcado para próximo dia 8 um eclipse que está dando o que falar. Isso porque as redes sociais estão em

polvorosa dizendo que o evento seria um presságio de algo ruim chegando para a humanidade. Para além das suspeitas apocalípticas, a NASA anunciou que irá lançar três foguetes para estudar como o súbito desaparecimento do sol afeta a ionosfera, a parte superior da atmosfera. Obviamente, a galera das redes sociais irá dizer que eles já estão se programando para um período de escuridão que começaria neste estranho ano de 2024. Isso tudo ganha mais “frisson” quando o pessoal descobriu que a NASA nomeou o experimento de “APEP”, a entidade também conhecida como “Apófis” na mitologia egípcia, ninguém menos que o “Senhor do Caos”. Apep representa a divindade da escuridão, do caos, oponente da luz e do sol, e também inimigo de Ma’at (entidade da ordem e da verdade). Isso tudo leva os internautas ao delírio.



Enquanto isso, o CERN fará um teste histórico exatamente no dia do eclipse. Depois de 2 anos parado, o acelerador de partículas mais poderoso do planeta irá buscar entender a matéria escura, que apesar de compor cerca de 85% do universo, não pode ser vista, pois não interage com a luz. Não podemos esquecer que há, no CERN, uma estátua de Shiva Nataraja, em que a divindade hindu é representada como um dançarino que destrói o universo e o prepara para um novo processo de criação. Também é importante lembrar que, em 2016, foi filmado um suposto ritual satânico de sacrifício humano ao redor da estátua de Shiva no CERN, que deu início a uma investigação por parte da instituição. É claro que o resultado “oficial” da análise foi que tudo não passava de uma “brincadeira”...

Além disso, como não poderia ficar mais estranho, o eclipse do dia 8 irá tornar visível o “Cometa do Diabo”, que recebeu esse nome pois parece ter chifres. Como seu ciclo é de 71 anos, estão dizendo que pode ser uma oportunidade única na vida de ver com os próprios olhos o estranho cometa. Ou seja, só coisas “light” acontecendo.

Também em abril está agendado o ritual de sacrifício da novilha vermelha em Israel, no Monte das Oliveiras. Segundo as regras bíblicas, esse ritual de purificação é necessário para preparar os sacerdotes para oficiarem no novo templo que o grupo chamado “Instituto do Templo” está querendo construir em Jerusalém. O problema é que isso traz uma atmosfera apocalíptica, uma vez que seria o prelúdio para a vinda do Messias. Porém, muitos entendem

que este será, na verdade, o falso Messias, o Anticristo.

Conclusão: a próxima segunda-feira promete.

*P.S.: Mais um estranho detalhe. Um executivo que trabalhou na série O Problema dos 3 Corpos foi condenado à morte por matar por envenenamento o produtor do programa.*



**Autor:** Daniel Lopez é jornalista, formado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutor em Linguística (UFF), mestre em Linguística (UERJ), bacharel em Teologia (UMESP) e licenciado em Letras. Tem especialização em Teoria da Arte, Crítica de Arte, Filosofia, Sociologia e Antropologia. Foi professor nas áreas de Filosofia da Educação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e de Linguística, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pastor na Igreja Bola de Neve Sede, na cidade de São Paulo, desde 2014. É escritor, tradutor e professor universitário. Mantém o canal no YouTube "Daniel Lopez" e o site [www.daniellopez.com.br](http://www.daniellopez.com.br).



Voltar ao índice



*Documentos internos do Twitter mostram perseguição à direita | Imagem: Gemini IA*

*Documentos inéditos*

## **TSE tentou violar Marco Civil contra nomes da direita**

Por Eli Vieira

Uma nova série de documentos internos do Twitter envolvendo as tratativas da rede social

com autoridades e personalidades brasileiras revela que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de parlamentares e o Ministério Público, buscaram violar o Marco Civil e “direitos constitucionais” dos cidadãos brasileiros, segundo os próprios consultores jurídicos da empresa, para fazer pesca probatória e coletar dados em massa de usuários que postaram determinadas *hashtags* (marcações com links que identificam assuntos, como #VotoDemocráticoAuditável).

Os documentos, que são emails internos enviados entre 2020 e as eleições presidenciais de 2022, foram revelados nesta quarta-feira (3) pelo autor e jornalista Michael Shellenberger, em colaboração com a **Gazeta do Povo**. Os arquivos foram disponibilizados pelo

empresário Elon Musk após sua compra da rede social, cujo nome ele mudou para X.

**Parlamentares querendo ver mensagens privadas, ativismo do Ministério Público e colaboração de Google, Facebook, Uber, WhatsApp e Instagram**

Um tema recorrente nos emails internos é que autoridades brasileiras insistiam em obter acesso a dados não coletados pelo Twitter e não previstos pelo Marco Civil — a lei menciona endereço físico, nome completo, estado civil e profissão. Um dos alvos desse tipo de pedido foi Carlos Bolsonaro, revela um email de 28 de junho de 2021, e quem pedia era a Polícia Federal, a respeito de *tweets* de 2018 para os quais ela queria até o número identificador do computador de origem.

Os arquivos começam no contexto da CPI das Fake News, em 2020. Rafael Batista, então conselheiro jurídico sênior do Twitter para a América Latina, informa aos colegas em mensagem de fevereiro daquele ano que membros da CPI buscavam o conteúdo de mensagens privadas trocadas por usuários da rede social, além de “registros de *login*, entre outras informações”. A equipe jurídica da rede social resistiu porque as demandas “não atendem às exigências legais do Marco Civil” para a coleta de dados, segundo Batista.

Quase um ano depois, em janeiro de 2021, o conselheiro informou que ele estava sob investigação por ordem do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), por suposto crime de desobediência por não liberar dados dos usuários. O promotor teria dito que a atitude do

Twitter era “isolada, porque todas as outras empresas grandes de tecnologia, tais como Google, Facebook, Uber, WhatsApp e Instagram fornecem dados de registro e números de telefone sem ordem judicial”. A autoridade teria alegado que a justificção do Twitter para não dar números de telefone e endereços de email era “absurda”. Batista explicou que esses dados só poderiam ser fornecidos mediante ordem judicial — o que aconteceu mais tarde, com as ordens do TSE.

No mês seguinte, Batista relatou que depôs ao MP e disse que, desde que o Twitter havia aberto escritório no Brasil em 2012, foi “a primeira vez que uma investigação criminal foi aberta contra um funcionário por alegada desobediência”.



**“Infelizmente, estamos vivendo tempos estranhos no Brasil”**

Em 18 de março de 2021, Batista comemorou que um juiz rejeitou as exigências do MP-SP, determinando que o órgão cessasse suas atividades contra o Twitter e seus funcionários. A decisão teria dado uma reprimenda no promotor por “forçar obediência através de uma obrigação inexistente, sem clareza de propósito da investigação criminal” e por tentar “buscar informações privadas protegidas pela Constituição”.

Regina Lima, na época também uma consultora jurídica sênior da rede social, comentou que “infelizmente, estamos vivendo tempos estranhos no Brasil. Estamos vendo uma tendência preocupante na direção de exigências agressivas das autoridades e ordens judiciais

que restringem direitos fundamentais”. Na opinião dela, o fenômeno não tinha o Twitter como alvo necessário, mas resultava “do cenário político”.

Em abril, o processo criminal contra Batista foi arquivado, pois “não foi possível identificar qualquer elemento de crime” em sua conduta. O funcionário sentia, contudo, que o Ministério Público não tinha desistido do caso e que provavelmente buscaria recurso, apesar da impossibilidade técnica de fornecer os dados e o veto do Marco Civil. Como indício disso, dias antes o promotor havia alegado que o juiz que favoreceu Batista não era imparcial e tinha conflito de interesses.

## **TSE com pesca probatória vs. Marco Civil: “Há um componente político forte nessa investigação”**

Em 18 de agosto de 2021, Rafael Batista disse aos colegas do Twitter que o TSE queria, no período preparatório antes das eleições presidenciais de 2022, que a rede social agisse contra “apoiadores de peso do presidente Bolsonaro” por supostos “ataques coordenados contra membros da Suprema Corte e, mais recentemente, também contra membros do Tribunal Superior Eleitoral”. Entre as contas citadas estão “Terça Livre” (veículo de Allan dos Santos), “Te Atualizei” (conta da influenciadora Barbara Destefani), “Jornal da Cidade Online” e “Folha Política”. As contas estavam sendo investigadas pela Polícia Federal por causa das críticas e por “espalhar

desinformação a respeito do sistema eleitoral”. Batista diz que foi o próprio TSE que vazou a lista de contas investigadas para a imprensa.

A ordem tinha como objetivo principal a desmonetização das contas em diferentes plataformas (YouTube, Twitch, Instagram e Facebook, além do Twitter), “para suspender qualquer tipo de monetização e transferência de dinheiro para esses usuários (os fundos serão depositados em uma conta bancária indicada pela corte)”. As redes sociais também foram proibidas de deixar que esses usuários desfrutassem das recomendações normais dos algoritmos. O TSE também queria “identificar a origem de conteúdo específico”.

A reportagem falou com Barbara Destefani. Ela comentou que “não deixo de ficar chocada, por mais que tenha vivido isso”.

Diego de Lima Gualda, outro funcionário jurídico sênior do Twitter, comentou no mesmo dia em resposta a Batista que “há um componente político forte nessa investigação e o tribunal está tentando fazer pressão pela obediência”. Uma reunião com o TSE foi marcada para o dia seguinte.

Dois dias depois, Batista mandou um email descrevendo as exigências apresentadas pelo TSE na reunião. “Parece que a corte quer identificar as contas que teriam usado especificamente certos tipos de hashtags em voga e também, de alguma forma, reduzir o engajamento de conteúdo específico na plataforma”, escreveu. O conselheiro também informou que “o próprio presidente Bolsonaro e muitos de seus apoiadores estão sendo

investigados nesse procedimento”. Mais uma reunião foi marcada para a semana seguinte.

Em 25 de outubro de 2021, Batista relatou uma ordem judicial adicional pelo rastreamento e revelação de dados de usuários que postaram hashtags específicas. Ele informou que, mais uma vez, o Twitter resistiria porque a decisão “não cobre minimamente as exigências do Marco Civil”. Além disso, o TSE não apresentou “provas da ilegalidade no uso das hashtags, o que pode caracterizar monitoramento e pesca probatória”, também incorrendo em “divulgação em massa e indiscriminada de dados privados de usuários, o que caracteriza uma violação da privacidade e outros direitos constitucionais”.

O email também menciona o caso de Fernando Francischini (PSL-PR), que teve seu mandato de

deputado estadual cassado pelo TSE em 2021 por ter feito uma live no dia da eleição em 2018 em que denunciava suposta fraude nas urnas eletrônicas. “Foi a primeira decisão do tipo, que estabelece um precedente para o próximo pleito”, comentou Batista.

Chegado o ano eleitoral de 2022, um email de 21 de março de Diego de Lima Gualda relata mais reuniões com o TSE. O conselheiro jurídico diz que se encontrou com “o juiz”, referindo-se possivelmente a Alexandre de Moraes ou a Luís Roberto Barroso, na época presidente do TSE. Ele expressou surpresa por encontrar na reunião a Polícia Federal e membros técnicos do TSE à frente da investigação de fake news, mas “o tom geral” foi positivo. O documento mostra que o TSE continuava pressionando para encontrar a identidade da pessoa que iniciou

uma *hashtag* através do IP, informação que o Twitter não conseguia fornecer, além de pedir relatórios estatísticos a respeito da disseminação da *hashtag* a cada 15 minutos.

O tribunal se justificou dizendo que “essas são circunstâncias excepcionais”, relatou Gualda. A corte eleitoral também queria usar o Twitter como uma espécie de máquina de premonição de cometimento de crimes: “a corte está tentando antecipar atividades ilegais em potencial que possam prejudicar as eleições que se aproximam”.

Outro email de Gualda, dois meses depois, relata que a Polícia Federal estava “sob muita pressão do Tribunal Superior Eleitoral para entregar resultados palpáveis para essa investigação (lembrando que nesse procedimento a Polícia Federal está apoiando



uma investigação que é conduzida pelo próprio TSE)”.

Em outro email, de 30 de março de 2022, Gualda detalhou mais uma ordem do TSEo. Sob ameaça de multa diária de R\$ 50 mil caso não cumprisse em uma semana, o Twitter tinha de detalhar estatísticas das *hashtags* #VotoImpressoNão e #VotoDemocráticoAuditável (contra e a favor de impressão de recibos nas urnas eletrônicas, respectivamente) e #BarrosoNaCadeia, que circularam em 2021. Além disso, a rede foi obrigada a produzir uma planilha com dados de usuários, inclusive IPs, que tinham usado a hashtag a favor dos recibos durante o dia de 27 de julho de 2021, além de informações de acesso da suposta primeira usuária a usar a *hashtag*, identificada como “@cassiagontijo” (a conta encontra-se suspensa hoje).

As ameaças de multas exorbitantes se fizeram mais presentes quando Alexandre de Moraes assumiu a presidência do TSE, em agosto de 2022. Naquele mês, uma conselheira jurídica relatou mais uma ordem judicial do TSE para “identificar indivíduos e grupos por trás de uma coordenação em potencial de esforços para atacar as instituições e o sistema eleitoral em diferentes plataformas. O próprio presidente Bolsonaro é investigado”. O tribunal também queria, num prazo de cinco dias, endereços de IP e outros dados de usuários que usaram as hashtags #BarrosoNaCadeia no dia 3 de agosto de 2021 (40.800 tweets), além da *hashtag* a favor do “voto auditável” (com recibo impresso).

Para o jurista André Marsiglia, “as denúncias são graves, devem ser investigadas pela Polícia

Federal e demais autoridades”. Para ele, “a conduta de magistrados ou parlamentares pressionarem empresas privadas para obter informações protegidas pode caracterizar abuso ou desvio de poder e, a depender do caso, até mesmo crime de responsabilidade”. Hugo Freitas, mestre em Direito, disse à **Gazeta do Povo** que o pedido do TSE “é claramente abusivo”. “Postar *hashtags* para promover mudanças legislativas é completamente apropriado para uma democracia e não é um crime previsto pela lei brasileira”, ele explicou. Além disso, ele acredita que nem mesmo o pedido de prisão para Barroso na *hashtag* passaria dos limites previstos pela Constituição.

Um email de novembro de uma advogada do Twitter conta que Moraes emitiu uma ordem para suspender a conta do pastor André

Valadão, apoiador de Bolsonaro. A ordem “não menciona a razão exata pela qual estão visando a conta”, contou a advogada, detalhando que o Twitter também não teve acesso à substância da decisão e que “a remoção da conta inteira é desproporcional”, por isso recorreria.

Em 31 de outubro, um dia após a derrota de Bolsonaro nas urnas no segundo turno, o TSE emitiu mais ordens contra as contas dos deputados federais Carla Zambelli (PL-SP) e Marcel Van Hattem (NOVO-RS) por suposta desinformação. No primeiro caso, a acusação vinha composta com “incitação da desordem e da insurreição”, nas palavras da consultora jurídica do Twitter. No caso de Van Hattem, foram banidos no país conteúdos específicos. A multa prevista em caso de desobediência, dessa vez, seria de R\$ 150 mil por hora. O email

comenta, também, que “não há razão para este processo correr em segredo de Justiça”, uma reclamação recorrente dos consultores jurídicos do Twitter.

O Marco Civil continua sendo erodido por ações do TSE. Como informou a Gazeta do Povo, este é o efeito da resolução do tribunal que ressuscitou elementos do PL 2630/2020 (“PL da Censura” para críticos e “PL das Fake News” para apoiadores). Os arquivos do Twitter revelam que as ações do tribunal contra essa base legal acontecem há mais tempo do que muitos pensavam.

### **CPI da Covid, colaboração do Google**

Em 31 de maio de 2021, Rafael Batista mencionou a CPI da Covid. Ele lamentou que a empresa Google, dona do YouTube, entregou

aos parlamentares no mínimo 200 gigabytes de vídeos já tirados do ar por suposta desinformação a respeito da pandemia de Covid-19. O especialista relatou que teve acesso à requisição dos congressistas, mas não à resposta do Google, sob sigilo.

Batista explicou que a colaboração do Google era “um precedente muito preocupante”, pois parecia que a entrega dos vídeos foi feita sem atenção ao Tratado de Assistência Jurídica Mútua (M-LAT, na sigla em inglês), um acordo para troca de informações entre os países envolvidos. A atitude do Google “contradiz e enfraquece a nossa posição em relação à privacidade, já que sempre resistimos a pedidos de comissões do Congresso, mesmo quando envolvem somente informações básicas de

inscrição e IPs [números identificadores de computadores]”.

## **Gleisi Hoffmann, Fernando Capez, Clóvis de Barros e Djamila Ribeiro tentaram silenciar publicações no Twitter**

Um email de 31 de maio de 2021 de Rafael Batista relata que a presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, buscou silenciar “ataques contra sua honra” no Twitter. “Ela estava buscando dados privados de contas e a remoção de alguns *tweets*”, contou o conselheiro. O conteúdo foi removido, mas não fica claro se foi em resposta à demanda de Hoffmann. Ela desistiu do processo contra a rede social.

Fernando Capez, ex-deputado estadual em São Paulo (União Brasil), é mencionado no mesmo

email. Na época, Capez era secretário de defesa do consumidor do governador João Doria. Em resposta a comentários a respeito de quando a Justiça Federal de São Paulo bloqueou R\$ 24 milhões em sua conta por causa de supostos desvios de recursos da merenda escolar, o político obteve uma ordem judicial para “desmascarar várias contas” e derrubar publicações. Ao examinar os alvos da ordem, a equipe jurídica do Twitter notou que eram “críticas e alegadas ofensas” contra Capez. “Este tribunal específico é muito agressivo”, comentou Batista. Capez foi inocentado das acusações por vários órgãos, e meses depois foi acusado de receber Caixa 2 da empreiteira Odebrecht — a ação foi arquivada pela justiça eleitoral.



A ativista identitária Djamila Ribeiro foi mais longe. Como explicou em entrevista à revista Vogue em 13 de agosto de 2020 sobre um processo que abriu contra a rede social, ela alegou que o Twitter “acaba lucrando toda vez em que seu nome entra para os temas mais debatidos do dia, mesmo quando se trata de ataques de cunho racista”. Sua representação no MP pedia que a rede social implementasse um monitoramento permanente dos trending topics (assuntos mais debatidos do momento) em nome da proteção a “mulheres negras”. Em email de 14 de junho de 2021, Rafael Batista explicou que, além do monitoramento das discussões, a ativista exigia a “divulgação de informações de usuários sem ordens judiciais em casos de crimes racialmente motivados” e que o Twitter mandasse mensagens periódicas aos usuários a respeito de responsabilidade pelo

que publicam nas redes sociais, além de “pagamento de danos morais coletivos”.

Batista considerou a reclamação de Djamila “legítima”, mas que “os pedidos são irrazoáveis”. A equipe jurídica do Twitter considerou que o processo era “muito sensível do ponto de vista da reputação”. Além disso, “nenhum conteúdo específico foi fornecido”, ou seja, provas.

Enquanto a ativista identitária buscou influenciar o funcionamento dos *trending topics*, o jornalista Clóvis de Barros Filho, por sua vez, abriu um processo que pedia banimento global de conteúdo. Um tribunal de recursos ordenou que o Twitter “removesse globalmente” endereços de páginas (que podem ser tweets) que o citassem. Rafael Batista considerou “superficial” o argumento do juiz para o

banimento global, que essencialmente citava que ainda era possível que brasileiros vissem o conteúdo com métodos como a VPN. O jornalista “alega que os usuários tiraram de contexto uma das suas aulas gravadas e replicaram trechos insinuando que ele é pedófilo”, detalha o email. Além disso, o tribunal “exigiu que removêssemos várias URLs [endereços de conteúdos]” que incluíam “conteúdo que entendemos que está longe de ser ilegal”. Como exemplo, Batista mostra que a corte pediu a remoção até de um tweet que apenas divulgava uma entrevista de Clóvis à revista IstoÉ.

O mesmo email, de 22 de novembro de 2021, mostra que outra corte inferior quis revelar dados de 62 contas que teriam republicado

conteúdo supostamente ilegal, oito das quais sequer estavam localizadas no Brasil.

### **Allan dos Santos: “conta problemática”**

Outra mensagem do consultor jurídico sênior do Twitter, com data de 14 de junho de 2021, trata das sanções impostas pela rede social ao jornalista Allan dos Santos, hoje exilado nos Estados Unidos, que se recusaram a extraditá-lo para o Brasil porque suas expressões que as autoridades brasileiras consideram crimes lá são protegidas pela Primeira Emenda da Constituição.

Batista contou que conversou sobre Santos com o chefe de segurança do Twitter na época, Yoel Roth, um dos responsáveis pelo banimento da conta de Donald Trump. O brasileiro teria cometido “violações (ou quase-violações)

repetidas” das regras da rede social, “operando em má fé”. “Todas as contas pertencentes a Allan dos Santos são de extrema direita”, opinou Batista, comparando o jornalista ao influenciador americano Alex Jones, condenado na Justiça do país por alegar que o ataque de um atirador na escola Sandy Hook foi encenado.

Roth descreveu o modo como a plataforma lidou com Santos como “uma bagunça”, pois contaram errado o número de violações que o levariam a ser suspenso. Quatro dessas violações seriam supostas desinformações a respeito da Covid. Na época, Santos havia obtido vitórias temporárias contra a censura no YouTube, então a equipe jurídica do Twitter temia que poderia acontecer o mesmo na plataforma por causa “do foco pró-consumidor dos tribunais locais” de instância inferior. A

bagunça “poderia tornar difícil explicar o motivo da suspensão” da conta do jornalista, diz o email.

## **O outro lado**

A reportagem entrou em contato com os ex-funcionários do Twitter citados e com o TSE semanas antes da publicação, mas não obteve resposta de nenhum deles. Gleisi Hoffmann, Djamila Ribeiro e Clóvis de Barros Filho, além da Polícia Federal, o Ministério Público de São Paulo e as Big Tech mencionadas também receberam contato da reportagem. Este espaço permanece aberto para a manifestação de todos os citados.

Fernando Capez informou à **Gazeta do Povo** não pediu remoção de conteúdo do Twitter. “Não busquei e nem pedi remoção de nenhum

conteúdo, apenas identificação mediante quebra de IP para poder processar criminalmente nos casos em que houve crime contra a honra (calúnia, injúria e difamação). Nesses casos, que não foram muitos, houve retratação de todos em juízo. Respeito a liberdade de expressão e opinião, bem como o direito à crítica e livre expressão do pensamento. Ofensa é diferente. Nossa Constituição e o Código Penal autorizam a quebra do anonimato”, explicou.

*O jornalista David Ágape contribuiu para esta reportagem.*



Voltar ao índice



*Presidente Lula e Camilo Santana, ministro da Educação, na Conae de 2024. |  
Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil*

Em regime de urgência

## **“SUS da educação” dá poder a sindicatos e impede combate à ideologia**

Por Marlice Pinto Vilela

A Câmara dos Deputados está a um passo de aprovar a criação do Sistema Nacional de



Educação (SNE), mecanismo que deve impedir qualquer ação de combate às ideologias esquerdistas em sala de aula. O modelo de SNE dá poder de decisão aos sindicatos e ainda obriga União, estados e municípios a executarem as medidas. O "SUS da educação", como chama a esquerda, ganhou ainda mais força durante a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae) e as discussões de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), que vai definir as diretrizes da educação pelos próximos dez anos.

O senador Flávio Ars (PSB-PR) encabeçou o texto que está mais avançado no Congresso Nacional. Para os especialistas em educação ouvidos pela **Gazeta do Povo**, o principal perigo da proposta é a retirada da autonomia de governadores e prefeitos. Caso a iniciativa seja

aprovada, os entes federativos serão obrigados a cumprir o que for definido em duas comissões, formadas por pessoas com poder de decisão maior que os representantes eleitos pela população. As duas comissões - Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite) e Comissão Intergestores Bipartite da Educação (Cibe) - criam uma estrutura de poder paralela ao do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias de educação dos estados.

“É uma barbaridade que está sendo gestada há muito tempo. Além de ser antidemocrático, pelo desenho em si, dá o poder da educação nas mãos dos sindicatos”, afirma Ilona Becskeházy, doutora em Educação pela USP.

## **Movimentos de esquerda serão os responsáveis por decisões**

A consultora em educação Andreia Medrado explica que a ideia da proposta apresentada por Arns é baseada na filosofia do marxista Dermeval Saviani. Para Saviani, é necessário criar uma espécie de “quarto poder” que garantiria os interesses dos ideólogos da esquerda em sala de aula. As comissões do SNE, compostas nesta perspectiva, consolidariam a educação nesse viés, independentemente de mudanças de governo escolhidas pelas população.

“Esse sistema pretende centralizar e unificar as decisões na União. A ideia do Saviani é que o Ministério da Educação não tenha influência direta nas decisões, mas que sejam tomadas

especificamente pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Fórum Nacional de Educação”, explica.

As duas entidades que vão ter influência preponderante nas comissões do SNE são o Fórum Nacional de Educação (FNE) e o Conselho Nacional de Educação (CNE).

O FNE é um dos redutos de esquerda dentro do MEC, que tem como membros representantes de diversos sindicatos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). O FNE também foi o responsável pela organização da Conae 2024, na qual participantes

conservadores foram hostilizados durante o evento.

O CNE é um órgão colegiado, historicamente mais técnico, que também tem relação com o MEC. Os membros do CNE são escolhidos pelo Presidente da República, mas, segundo a lei que o instituiu, é necessário que entidades da sociedade civil da área de educação sejam consultadas sobre a indicação dos membros.

“O que nós temos na verdade é a entrega das decisões educacionais para esses tipos de movimento e para um conselho que nem é totalmente escolhido pelo Ministério da Educação. Não é só a centralização da educação, mas toda a educação colocada nas mãos da esquerda e de seus movimentos sociais”, complementa Medrado.

## **SNE não é “SUS da educação”**

O SNE é chamado de “SUS da Educação” pela esquerda para dar a impressão de que a iniciativa seria positiva, sem mostrar o abismo existente entre os dois setores. De acordo com Becskeházy, os procedimentos de saúde são objetivos e, portanto, mais fáceis de serem estabelecidos que na educação e, por isso, o paralelo não é válido. Além disso, no SUS as decisões não são tomadas por um conselho, mas pelo Ministério da Saúde de um governo eleito pelo povo.

“Quando uma pessoa chega na emergência médica, existem padrões muito claros de atendimento, com remédios, tratamentos e resultados esperados. Na educação isso é muito mais difícil. É uma rede de estabelecimento que

recebe todos os dias, no mínimo 200 por ano, milhões e milhões de pessoas, com demandas diferentes por região”, comenta Becskeházy.

“Acabar com a tradição pedagógica, como a esquerda e toda a elite globalista já tem feito, não vai trazer a solução que nós precisamos”, ressalta Medrado. Ela completa que “a solução que nós precisamos para a educação inclui graus de autonomia crescentes para os estados e municípios. Esse grau de autonomia está ligado às circunstâncias de cada região e cada população”.

**Proposta está em regime de urgência na Câmara**

Como forma de desacelerar o processo legislativo e melhorar a discussão sobre o SNE

na Câmara dos Deputados, alguns parlamentares apresentaram pedidos de realização de audiências públicas. Com o projeto pronto para pauta no plenário, caberá ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidir quando pautar.

O SNE provavelmente também estará presente no projeto de lei que vai apresentar o Plano Nacional de Educação, que define as diretrizes para a educação para a próxima década. O sistema recebeu um espaço importante durante a Conae, que elaborou o texto base do PNE. Ainda não é possível saber em quais termos o sistema aparecerá no texto do projeto de lei que será apresentado pelo MEC. A previsão é que o PNE seja aprovado ainda no primeiro semestre deste ano.



“O SNE é uma tirania educacional”, reforça Medrado. Segundo ela, é preciso que a sociedade civil se conscientize sobre o SNE e depois cobre dos parlamentares um posicionamento para barrar qualquer avanço.

“Se se quer melhorar a educação, vamos começar com um pacto nacional de alfabetizar todas as crianças até os seis anos. No qual elas tenham que ler e demonstrar a compreensão de textos próprios para a idade e fazer as quatro operações básicas da matemática com números até dois dígitos. Só isso já resolveria muito”, finaliza Becskeházy.



[Voltar ao índice](#)



*Abril Vermelho do MST deixa produtores rurais apreensivos. Em resposta, Abril Amarelo do Invasão Zero promete coibir invasões | Foto: Arquivo/Gazeta do Povo*

## Terras

# MST inicia “Abril Vermelho”; produtores reagem a invasões

Por Aline Rechmann

Produtores rurais estão apreensivos com a chegada do "Abril Vermelho" - mês em que o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) costuma promover uma série de invasões de terra - e se preparam para reagir a essas ações. Diante disso, os produtores criaram um grupo chamado Invasão Zero e organizam uma campanha para tentar evitar a atuação dos sem-terra: o "Abril Amarelo".

No ano em que o MST completa 40 anos, existe a preocupação de que essas ações sejam intensificadas durante o mês de abril de 2024. A programação oficial do MST ainda não foi divulgada, mas líderes do movimento já afirmaram que haverá “luta e mobilizações” em defesa da reforma agrária.

Por outro lado, o movimento de produtores rurais Invasão Zero defende o direito de propriedade e faz um alerta com o propósito de

evitar essas invasões. Por meio de quatro orientações básicas, a campanha prioriza a comunicação com autoridades policiais e a montagem de acampamentos de produtores para evitar as invasões.

Enquanto isso, projetos de lei com o intuito de enfraquecer a atuação do MST seguem sem avanços no Congresso Nacional.

Apesar do empenho da bancada do agro, após uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) investigar o MST em 2023, ainda não houve votações das propostas que integram o chamado “Pacote Invasão Zero”.

**"Quem não fizer luta está fora da lei", afirma dirigente do MST sobre o "Abril Vermelho"**

O “Abril Vermelho” teve origem no Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em abril de 1996, que resultou na morte de 19 sem-terra no Pará. Após essa data, o MST passou a relembrar o fato e “celebrar” o mês de abril como um mês de luta, mobilizando a militância e promovendo uma série de ações, dentre elas, as invasões de terra. Além disso, a partir de 2002, o dia 17 de abril, foi instituído como o dia nacional de luta pela reforma agrária.

Um dos coordenadores nacionais do MST, Gilmar Mauro, afirmou ao site Brasil de Fato que haverá “luta” e “mobilizações” durante o mês de abril. “Esse é mais um capítulo e é a lei. Dia 17 de abril, assinado pelo Fernando

Henrique Cardoso, está lá escrito: Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Quem não fizer luta está fora da lei. Nós vamos fazer luta, vamos fazer mobilizações. É isso que a nossa base quer, precisa, porque não recebeu absolutamente nada ainda nesse governo”, afirmou o dirigente do MST ao ser questionado sobre o "Abril Vermelho" em tom crítico à gestão petista.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é ligado ao MST e, mais uma vez, recebeu o apoio de seus integrantes durante a campanha eleitoral de 2022. No entanto, lideranças do movimento têm demonstrado insatisfação com a condução do governo no que diz respeito à reforma agrária.

A insatisfação com as respostas do governo ao MST tem sido externada por dirigentes e parlamentares ligados ao movimento. Para eles, o governo petista não tem adotado ações em prol da reforma agrária, o que foi prometido por Lula. Em junho de 2023, o presidente prometeu criar o que chamou de "prateleira de terras". A intenção era que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fizesse um levantamento de terras improdutivas e devolutas da União para se antecipar às demandas do movimento.

Em fevereiro, o presidente do Incra, Cesar Aldrighi, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, chegaram a apresentar ao presidente Lula uma proposta para assentar mais famílias no Brasil. No entanto, os detalhes sobre a medida ainda não foram divulgados. A

Gazeta do Povo tentou contato com o ministério, mas não obteve retorno até o fechamento da matéria.

Apesar de ter apoiado Lula durante a campanha eleitoral, o dirigente do MST Gilmar Mauro afirma que eles seguirão cobrando e até “batendo” no governo, ou seja: as críticas irão continuar e podem se intensificar neste mês.

“Uma coisa importante, nós ajudamos a eleger o governo Lula, nós entendemos como o nosso governo. [...] É óbvio que nós vamos apoiar o governo naquilo que for importante para a sociedade brasileira, mas é óbvio também que nós vamos "bater" inclusive na presidência do Lula, naquilo que nós achamos que não serve para o povo brasileiro”, disse Gilmar Mauro também na entrevista para o Brasil de Fato.



No ano passado, as ações do "Abril Vermelho" foram registradas em pelo menos 18 estados. Somente em Pernambuco, o MST invadiu nove áreas, dentre elas, uma que pertence à Embrapa, na cidade de Petrolina. No Espírito Santo, áreas da empresa Suzano Papel e Celulose também foram invadidas por integrantes do movimento.

### **Movimento de produtores promete reagir às invasões do "Abril Vermelho"**

A campanha do "Abril Amarelo" foi lançada em 1º de abril pelo movimento de produtores rurais Invasão Zero e deve ser um contraponto às invasões do MST em 2024. No ano passado, a reportagem da Gazeta do Povo mostrou como os primeiros grupos se formaram e como a iniciativa pretendia se espalhar pelo Brasil.

Em maio de 2023, a coordenação do Invasão Zero afirmava que havia pelo menos 10 mil produtores conectados por meio de grupos de WhatsApp. Agora, o movimento afirma contar com cerca de 35 mil produtores espalhados pelos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco, Tocantins, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Santa Catarina e Espírito Santo.

Um dos coordenadores do movimento de produtores, Luiz Uaquim, afirma que a reação às invasões já foi realizada no ano passado e que neste ano deve ganhar mais força. "Deflagramos [o "Abril Amarelo"] em todos os estados em que temos influência, para que todos os produtores se organizem. É uma reação. Eu espero que isso possa conter e evitar

essas invasões que eles [MST] gostam tanto de fazer nesse mês de abril", afirmou Uaquim.

As orientações do Invasão Zero para o "Abril Amarelo" são as seguintes:

1) A qualquer movimentação de invasão, seja acampamento, movimentações, ônibus, etc., deve-se comunicar às autoridades policiais.

2) Se houver acampamento de invasores, o proprietário da terra, os produtores vizinhos e amigos devem montar acampamento permanente para tentar evitar a invasão.

3) Toda ação deverá ter a presença da autoridade policial e ser feita de forma ordeira e pacífica.

4) Deverá ser comunicado imediatamente ao seu núcleo regional Invasão Zero.

A atuação do Invasão Zero, no entanto, recebeu críticas após a morte de uma indígena durante uma tentativa de coibir uma invasão. O fato ocorreu em janeiro deste ano, quando indígenas invadiram a Fazenda Inhuma, situada na zona rural de Itapetinga, na Bahia. Após a invasão, cerca de 200 produtores foram até o local para tentar expulsar os indígenas, mas acabaram entrando em conflito. Além da indígena morta, outro indígena foi atingido por um tiro e um produtor foi ferido no confronto.

Na oportunidade, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, usou as redes sociais para atribuir o assassinato ao grupo de produtores. "O grupo assassinou Maria de

Fátima Muniz, conhecida como Nega Pataxó, e baleou o cacique Nailton Muniz, que passou por cirurgia", afirmou a ministra.

Em nota, o Invasão Zero repudiou os atos de violência e disse que o movimento é pacífico, ordeiro e legalista. "O Movimento Invasão Zero seguirá firme na busca da paz no campo, no respeito à propriedade e ao Estado Democrático de Direito", dizia a nota.

**Pacote Invasão Zero não avança e parlamentares têm atuação limitada**

Apesar da promessa de avanço do Pacote Invasão Zero no Congresso, para conter as invasões de terras, ainda não houve votações dos projetos. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) chegou a promover uma

campanha nas redes sociais contra as invasões, mas a articulação não foi capaz de fazer a pauta avançar nas Casas Legislativas.

Um requerimento de urgência chegou a ser apresentado no ano passado, para tentar garantir que a votação de propostas do pacote fosse priorizada no plenário, mas não obteve o número necessário de assinaturas. O mínimo era de 257 assinaturas, porém, cerca de 140 foram conquistadas.

O presidente da Frente Parlamentar Invasão Zero, deputado Luciano Zucco (PL-RS), chegou a se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para acelerar a tramitação das propostas, mas nenhuma definição ocorreu. O novo líder da oposição, deputado Filipe Barros (PL-PR), também sinalizou que deve buscar

articulação para agilizar a votação do pacote Invasão Zero.

"Fui oficializado nesta segunda-feira (1º) como líder da oposição na Câmara dos Deputados, mas, antes mesmo de ser escolhido para o posto, o tema já estava em meu radar de prioridades. A partir da próxima semana, passarei a tratar dessa questão [combate às invasões de terra] na reunião do Colégio de Líderes da Casa", disse Barros em nota para a Gazeta do Povo.

Em outra frente, a bancada do agro também buscou articular a votação dos projetos de lei que poderiam ser apreciados na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Apesar de conseguir eleger a deputada Caroline De Toni (PL-SC), membro da FPA e da ala

combativa da CPI do MST, como presidente da CCJ, e reforçar o comprometimento da parlamentar com a pauta, a bancada do agro ainda não conseguiu que os projetos fossem sequer pautados para votação.

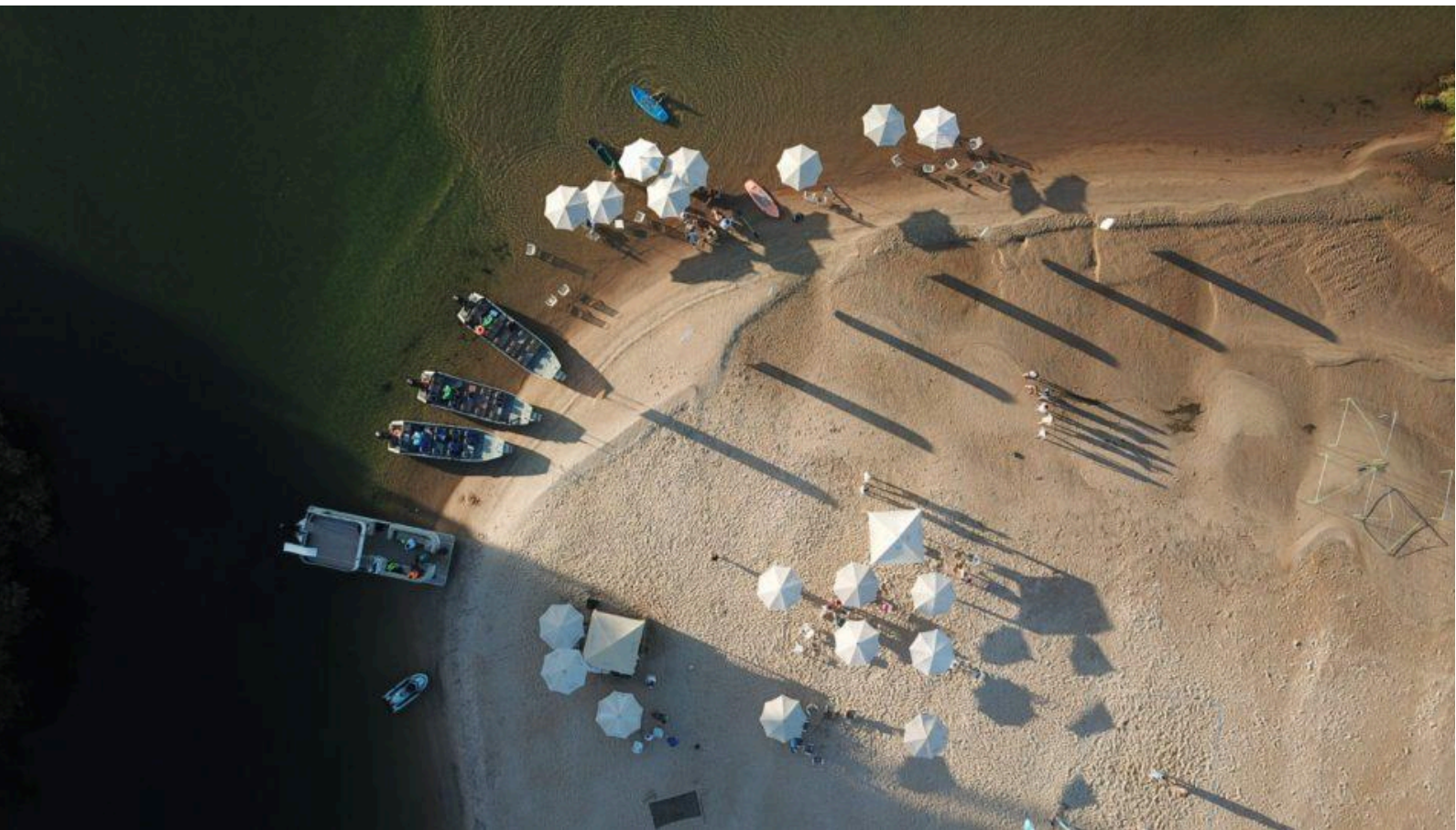
Das sete propostas listadas no pacote Invasão Zero, metade tramita em caráter conclusivo na CCJ.

A reportagem tentou contato com a assessoria da presidente da CCJ para saber como está a questão da pauta da comissão, mas não obteve retorno até o fechamento da matéria.



[Voltar ao índice](#)





*Porto Rico (PR) oferece praias de areias brancas, ilhas e margens de mata atlântica – e muitos barcos. | Foto: Alisson Camilo/Viva Porto Rico*

**Cidade no Paraná**

## **“Miami do Sul” tem praias naturais, ilhas exclusivas e terrenos de R\$ 3 milhões**

Por Flávio Costa, especial para a Gazeta do Povo

Duas coisas chamam logo a atenção de quem chega a Porto Rico, cidade na região noroeste do

Paraná, divisa com o Mato Grosso do Sul. A primeira são as belezas naturais. O rio Paraná, que se estende por 28 quilômetros no município, oferece praias de areias brancas, ilhas e margens de mata atlântica em uma paisagem pronta para emoldurar fotos e vídeos de visitantes do Brasil e do exterior. A segunda são os barcos.

A prefeitura conta 3,5 mil embarcações registradas na cidade, mais que os 2.193 automóveis, ônibus e caminhões registrados pelo IBGE no censo de 2022. Pelos números oficiais, Porto Rico tem mais barcos que habitantes. São 3.182 moradores na “Miami do Paraná” ou “Dubai do Sul”, como a cidade quer ser conhecida, pelo número de turistas, barcos e, nos últimos anos, investimentos imobiliários

— condomínios e grandes resorts de alto padrão.

Em cinco anos, Porto Rico viu aumentar de 5 mil para 10 mil o número médio de visitantes nos fins de semana, segundo a prefeitura. Nos meses de verão, esse número pode chegar a 30 mil. Com os turistas, chegam os grandes empreendimentos imobiliários e investimentos de centenas de milhões de reais.

Porto Rico integra a chamada Costa Noroeste do estado, que contempla um conjunto de cidades banhadas pelo rio Paraná, como Altônia, São Pedro do Paraná, Icaraíma e Nova Londrina, de vocação para o turismo náutico e de natureza, com praias de água doce e transparente.



*Era uma pequena vila de pescadores e agricultores até o início dos anos 2000, quando começaram a ser construídos os primeiros condomínios para lazer moradia de verão.*

Em 2011, a Greenfish incorporadora, de Maringá, inaugurou o Porto Rico Resort Residence, condomínio de lazer com 908 lotes, quadras de beach tênis, futebol, vôlei, acesso exclusivo à praia e 1,8 mil metros quadrados de piscinas. Foi um dos primeiros da região. Outros o seguiram.

A pandemia de Covid-19, que impulsionou a busca por alternativas de moradia fora dos centros urbanos, contribuiu para colocar Porto

Rico no mapa das grandes incorporadoras. A Associação Comercial e Industrial de Porto Rico (Acip) estima que, só nos últimos cinco anos, a cidade recebeu cerca de R\$ 600 milhões em novos investimentos no setor imobiliário.

Os cálculos da Acip não incluem os R\$ 300 milhões que serão investidos, em seis anos, no Aruna, empreendimento que inclui um bairro planejado, condomínio fechado com praia artificial e cinco ilhas de lazer privadas. No Aruna Ilhas, o preço dos terrenos pode chegar a R\$ 2,8 milhões.



*“Porto Rico está no caminho de se tornar o centro de um grande polo turístico”.*

“A natureza é tão ou mais bonita que em outras regiões do Brasil - como Jurerê Internacional (SC) ou Trancoso (BA) - e para investir, os preços são, comparativamente, mais acessíveis e o investimento dá retorno mais rápido”, diz o diretor da Aruna.

Com mais dinheiro em circulação, a economia de Porto Rico também se movimenta. Novas empresas, grande parte de materiais de construção, foram abertas. Na Associação Comercial, o número de empresas pulou de 60 para 100 em quatro anos e a cidade ganhou mais supermercados, farmácias, hotéis e restaurantes. “A cidade e as empresas estão mudando para atender uma nova realidade”, diz Wanderlei Covissi, presidente da Acip.

É o caso da pousada Porto do Sol, de Wanderlei Rodrigues Junior. Para se adaptar às preferências dos turistas, a pousada terá um novo trapiche, um restaurante, um spa e comandos de voz nos quartos. “A cidade tende a se tornar um destino de turismo de alto padrão e todos estão se adequando”, afirma Rodrigues Junior, que há um ano e meio se mudou com a família de Maringá para Porto Rico. Além da pousada, ele é dono de um bar e de uma operadora de turismo receptivo.

### **Porto Rico procura mão de obra**

Os novos investimentos trouxeram um problema: falta de mão de obra. “Faltam **pilotos de lancha de turismo, profissionais de limpeza de piscinas, jardineiros**. Eu mesmo estou há um ano com vaga para **motorista e entregador** e

não consigo contratar”, diz Wanderlei Covissi, da Acip.

Uma das dificuldades para atrair trabalhadores é a moradia. A cidade já não tem imóveis para alugar. Para resolver a situação, a prefeitura está construindo 250 casas populares, dentro de uma série de investimentos impulsionados pela melhoria na arrecadação, entre eles a revitalização da orla e obras de saneamento e drenagem.

A Câmara Municipal discute um novo plano diretor, para evitar o crescimento desordenado. Obras na região devem facilitar o acesso à cidade. Os aeroportos de Loanda, a 29 quilômetros, e de Paranaíba, a 100 quilômetros, esperam voltar a receber voos comerciais ainda



em 2024. Uma nova ponte no rio Paraná, entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul, a ser construída com recursos da Itaipu Binacional, deve encurtar a distância para turistas da região Centro-Oeste.

Muitos chegam para pescar tucanarés, dourados, pacus e piracanjubas, comuns no rio Paraná. Como o pecuarista paulista Daniel Andrade, acostumado a pescar em rios do Pantanal e no Amazonas. Em março, ele esteve pela primeira vez em Porto Rico. Aprovou. “Estrutura top, hospedagem, gastronomia, natureza maravilhosa. Vou voltar”, diz ele.



[Voltar ao índice](#)

## PARA SE APROFUNDAR

- Luís Ernesto Lacombe: Há um país a ressuscitar
- Esquerda usou caso Marielle para criar carreiras políticas, atrair votos e atacar Bolsonaro
- “Não precisamos de esmola nem cesta básica”: a revolução agrícola dos índios Paresí
- “Motoserra” de Milei elimina gigantismo do funcionalismo público argentino
- Existe uma realidade sombria por trás dos deuses do Instagram
- “Einstein e a Bomba” complementa uma das principais cenas de “Oppenheimer”

## COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

## EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

## APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice